



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

1 CONSELHEIROS PRESENTES

2

3 Bruno Henrique Beilfuss – representante suplente da Secretaria de Estado do
4 Desenvolvimento Econômico Sustentável

5 Flavio Brea Victoria – representante titular da Secretaria de Estado do Planejamento

6 Cristine Durante de Souza Silveira – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde

7 Ana Maria Mello Peixoto – representante titular das Centrais Elétricas de Santa Catarina
8 S.A. – CELESC;

9 Leonardo Luiz Marostica – representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina
10 S.A. – CELESC;

11 Patrice Barzan – representante titular da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento –
12 CASAN;

13 Ivana Becker – representante titular da Fundação do Meio Ambiente – FATMA;

14 Fabiane Nóbrega – representante suplente da Federação das Indústrias de Santa Catarina;

15 Ives Luiz Lopes – representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado
16 de Santa Catarina;

17 Rogério Bardini – representante titular da Associação Catarinense de Irrigação e Drenagem
18 – ACID;

19 Guilherme Xavier de Miranda Jr. – representante suplente da Associação Brasileira de
20 Recursos Hídricos – ABRH;

21 José Antônio da Silva – representante titular da Associação Brasileira de Irrigação e
22 Drenagem

23

24 OUTROS REPRESENTANTES

25 Guilherme Dallacosta – FACISC

26 João Maria Teles Souza – Comitê da Bacia Hidrográfica do Canoas;

27 Fabio Paganini – ACID

28 Davide Tomaz – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

29 Eduarda Piaia – CELESC

30 Marcelo Curtarelli – Fundação CERTI

31 Vinícius Raghianti – Fundação CEERTI

32 Vinícius Constante – SDS

33 Jaqueline Souza – SDS

34 Marcieli Vicentin – SDS

35 Rui Antunes - SDS

36 Camila de Andrade Christofoli – Secretária Executiva do CERH;

37

38 INÍCIO: 09h30min TÉRMINO: 12h15min

39

40 Às nove horas e trinta minutos do décimo sexto dia do mês de junho de dois mil e
41 dezesseis, na sala de reunião da SC Parcerias, Florianópolis, reuniram-se os acima
42 nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

43 **Abertura:**

- 44 • Aprovação da Ata da 41ª Reunião Ordinária do CERH;

45

46 **Deliberações sobre:**



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

Apresentações sobre:

62

63

64

65

66

67

Informações gerais.

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

Após a verificação do quórum, a Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Camila Christofoli, abriu a 42ª Reunião Ordinária do CERH, e passou a palavra para o Presidente substituto do CERH, Bruno Henrique Beilfuss, que passou para a aprovação da Ata da 41ª Reunião Ordinária do CERH, indagando se algum conselheiro tem alguma sugestão de alteração. Não havendo alterações, a Ata foi aprovada. Bruno deu prosseguimento à pauta com o item **“Apresentação do Plano Estadual pela equipe”**, explicando que a equipe da Fundação CERTI já está trabalhando há aproximadamente 5 (cinco) meses no projeto, já realizaram uma série de atividades internas, como a questão da comunicação, do diagnóstico, a revisão da caracterização das bacias e das regiões hidrográficas, estão num momento de reuniões e encontros com os Comitês de Bacias em cada região hidrográfica e neste momento que vai ser retomada a questão da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano seria importante que a equipe apresentasse previamente o escopo do trabalho e o planejamento do projeto para os conselheiros para que já se tenha alguma familiaridade com o tema para posteriormente a Câmara fazer o acompanhamento. Passou então a apresentação da equipe da CERTI: Vinícius e o Marcelo da equipe técnica, que passaram então a sua apresentação. Passada novamente a palavra ao Bruno, ele esclareceu que a análise pormenorizada deve ser feita pela Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano, mas os conselheiros poderiam opinar e sugerir alguns pontos necessários para que eles já tenham a oportunidade de aprimorar o trabalho. Foi então passada a palavra à conselheira Cristine que perguntou se quanto a qualidade da água está prevista a análise além do banco de dados disponível, se está previsto pagamento de análise, sendo respondido pelo Vinícius da Fundação CERTI que não está no escopo do plano a realização de campanhas e este tipo de monitoramento *in loco*, informou que será feita uma diligência para conseguir os dados da indústria, CASAN, FATMA, esclarecendo que o que



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

93 tem disponível e acessível de dados de qualidade da água é muito escasso, Cristine então
94 informou que a qualidade da água pelo menos no ponto de captação da água não tratada os
95 funcionários tem obrigação de fazer, então pelo menos da CASAN e das outras
96 concessionárias seriam mais um banco de dados que poderia ser utilizado. Informou ainda
97 que a Vigilância Sanitária possui esse banco de dados, mas os dados são transcritos, ou seja,
98 cada concessionária informa, sendo mais efetivo pegar direto das concessionárias,
99 colocando-se a disposição para consultar o banco de dados da Vigilância Sanitária que um
100 sistema oferecido pelo Ministério da Saúde, SisÁgua, que é o sistema de informações de
101 qualidade da água para o consumo humano. Foi questionado pela conselheira Patrice se
102 estes dados são semestrais, sendo então respondido pela conselheira Cristine que sim,
103 semestralmente, por esta razão seria melhor pegar direto com as concessionárias, informou
104 que não segue a CONAMA, mas sim a Portaria do Ministério da Saúde nº 2914/2011
105 referente a água para o consumo humano. Foi então respondido pelo Vinícius da Fundação
106 CERTI que esta questão da qualidade da água realmente eles estão precisando fazer uma
107 análise mais fina de onde estão estes dados e compilar isso, que inclusive é o momento que
108 eles estão agora no Plano. A conselheira Cristine também disse que possui os dados de
109 análises de parâmetros básicos de águas de poços feitos pela Vigilância. Vinícius esclareceu
110 que estão trabalhando com os dados disponíveis e que estão mantendo uma base de dados
111 bruto bem extensível por mais que eventualmente não seja incorporado no relatório, estão
112 tentando montar isso em um contexto que a SDS tenha isso já sistematizado para que possa
113 ser usado em outros momentos. Vinicius ainda agradeceu a sugestão e disse que iria
114 aproveitar inclusive para pedir informações a conselheira da CASAN, porque realmente
115 estes dados são importantes e não tem de fácil acesso. A conselheira Cristine acrescentou
116 ainda que existem outras concessionárias além da CASAN que também são grandes e que
117 também possuem estes dados. Passada então a palavra para Patrice, conselheira da CASAN,
118 ela informou que a CASAN está presente em todas as regiões hidrográficas, mas que em
119 alguns centros urbanos de alguns municípios maiores a CASAN não está presente, como
120 Joinville, Blumenau, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul, Tubarão, entre outros. Informou
121 que tem dados de qualidade dos pontos de captação e dos pontos de lançamentos de
122 efluentes, que gostaria de ressaltar é que na região hidrográfica do Sul, na bacia do
123 Araranguá, Urussanga e Tubarão, trabalhar com a DBO não seria o melhor parâmetro
124 porque lá existem muitos mananciais contaminados com carvão que o DBO é zero.
125 Informou ainda que a ANA utiliza este padrão, mas que deveria ser tomado este cuidado,
126 porque acabaria dando disponibilidade de recurso hídrico onde não tem, e citou como
127 exemplo a barragem que foi construída pela CASAN para poder abastecer a região de
128 Criciúma, pois não há manancial disponível, e precisa vir de outro município. Vinicius
129 então comentou que conforme está sendo apresentado o plano para os Comitês, está
130 recebendo os comentários das especificidades, como no caso do Jacutinga em Concórdia
131 que tem a BRF como grande usuário e se pegar o dado geral da região as particularidades
132 acabam não aparecendo, então estas impressões estão sendo colhidas nos Comitês e com as
133 pessoas das regiões, que poderiam passar batidas nas pesquisas, mas que quando consulta, a
134 população chama atenção e tem-se procurado contemplar. Passada então a palavra para o
135 conselheiro Guilherme foi questionado se seria feita atualização da regionalização de
136 vazões no estudo das microbacias. Sendo então respondido pelo Vinicius que no escopo do
137 Plano Estadual não está prevista a atualização da regionalização do Estado, mas sem nos
138 Planos das Bacias está sendo atualizada para as bacias especificamente. Foi também



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

139 questionado pelo conselheiro Guilherme quanto as curvas de permanência, sendo
140 respondido pelo Vinicius que estes dados são sim atualizados, sendo então questionado se
141 vão ser utilizados dados diários ou mensais. Foi então respondido pelo Marcelo que foi feita
142 com base na vazão média de longo termo no estudo das regionalizações utilizando os
143 coeficientes para cada, utilizando-se de dados mensais. Foi então ressaltado pelo
144 conselheiro Guilherme que para se estabelecer critérios outorga não seria adequado. Estas
145 atualizações devido a vários empreendimentos de geração hoje se tem curvas de
146 permanência totalmente distorcidas do passado, suas variações são de acordo com a
147 operação das barragens, seja de CGH ou PCH. Se buscar os dados de monitoramento se vê
148 claramente estas informações. Foi então questionado pela conselheira Patrice qual seria a
149 escala utilizada, foi respondido pelo Vinicius que o grande desafio seria a escala, pois como
150 está se tratando de Estado, a unidade é a bacia, mas a abordagem é sempre por região
151 hidrográfica então por mais que tenha dados pelas bacias dos Comitês, alguns dados
152 acabam se diluindo quando se trata de região hidrográfica e pode parecer mesmo situações
153 que fogem um pouco da particularidade. Algumas questões serão os Planos da Bacia
154 mesmo que vão responder e não o Plano Estadual, mas conforme já se tem Planos
155 elaborados tem-se procurado contemplar o esforço que já foi feito pois se tem uma
156 informação mais detalhada não faz sentido utilizar uma a menos. Passada a palavra a
157 conselheira Cristine ela disse que o plano será consultado, apesar de se ter os dois planos, o
158 Regional e o Estadual, para liberação de outorgas então seria interessante que ele estivesse
159 o mais perto possível da realidade, devendo contemplar as particularidades de uma maneira
160 geral. O conselheiro Guilherme então acrescentou que existem certas necessidades de falta
161 de disponibilidade hídrica em muitas bacias e hoje o monitoramento que se dá de forma
162 online tem uma variação enorme na questão de operação, que se vê variação a montante do
163 ponto monitorado devido a abertura e fechamento de comportas. Passada novamente a
164 palavra ao Bruno, ele esclareceu que o que será utilizado é uma escala de Estado e de um
165 plano estratégico de diretrizes de atuação para o Estado, sendo as particularidades tratadas
166 em cada Bacia, com critérios específicos de outorga para cada bacia, com as ações
167 específicas em cada bacia, com enquadramento próprio de cada curso d'água, de cada
168 trecho, sendo escopos bem diferentes. Agradeceu a presença do Vinicius e do Marcelo e
169 disse que eles ainda estariam presentes em outras reuniões. Foi então passada ao próximo
170 item da pauta que seria **“Proposta de Minuta da Câmara Técnica de Acompanhamento
171 do Plano Estadual”**, foi então explicado que a redação desta Resolução passou pela
172 Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais (CTIL) e passou-se a leitura na íntegra.
173 Foi questionada então pela conselheira Patrice sobre a necessidade de dizer que a Câmara
174 Técnica é temporária, sendo respondida pelo Bruno que conforme a Resolução 5 cria duas
175 categorias de Câmaras Técnicas, temporárias e permanentes, com diferente número de
176 membros. Sendo esta criada como temporária pelo número de membros e pela sua
177 atividade. Sendo então aprovado o seu texto. Foi então questionada pela conselheira Patrice
178 sobre a data da primeira reunião, sendo então respondido pelo Bruno que ainda não há a
179 previsão, sendo posterior e entrega dos produtos. Passada então ao próximo item da pauta
180 **“Resolução ad referendum que aprova a autoavaliação das metas de Gestão de Águas,
181 ano 2015, do Sistema Estadual de Recursos, no âmbito do Nacional pela Gestão das
182 Águas (PROGESTÃO)** foi explicado pelo Bruno que, como é de conhecimento da
183 maioria, o Estado firmou convênio e acordo com o governo federal, especialmente a ANA
184 no Pacto pela Gestão das águas, chamado PROGESTÃO, cuja essência é um trabalho de



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

185 fortalecimento dos órgãos de gestão dos recursos hídricos a nível nacional e que se traduz
186 em uma série de metas e compromissos por ambas as partes (ANA e Estado) no sentido de
187 se aperfeiçoar os instrumentos de gestão da água. A cada ano o Estado precisa apresentar
188 uma série de relatórios e condições para avaliação do cenário de gestão no Estado e do
189 cumprimento das metas e o nosso ciclo espirou-se no final de março com o envio dos
190 relatórios prévios (relatório anual de conjuntura e dados) e ainda em maio com o envio de
191 uma tabela para classificação e certificação das metas. Ocorreu que, como no primeiro ciclo
192 de avaliação efetivamente, faltou a aprovação pelo CERH das metas federativas, para não
193 travar o processo, dado que só tinha reunião em junho, o Secretário aprovou *ad referendum*
194 a Resolução encaminhando a ANA os relatórios do ciclo 2015 que serão apresentadas ao
195 Conselho, sem o objetivo de buscar qualquer tipo de aperfeiçoamento ou sugestão ou
196 alteração do que foi colocado, a aprovação destas metas federativas não impacta
197 diretamente a questão financeira sendo somente um rito *pro forma* que é necessário
198 cumprir. Foi então ressaltado que se houver algum equívoco ou alguma sugestão deve ser
199 corrigido e pode ser feito sem nenhum impacto no contrato feito entre o Estado e a ANA,
200 sendo possível alterar o escopo se o conselho assim entender. Passada a palavra então ao
201 Rui para que faça a apresentação dos relatórios anuais encaminhados a ANA para
202 conhecimento dos conselheiros e posterior discussão de algum ponto específico e algum
203 eventual ajuste. Passada novamente ao Bruno, ele comentou que neste ano de 2015 tinha-se
204 a obrigação de em cada meta e variáveis alcançar determinados números, para 2016 as
205 variáveis serão ampliadas e algumas serão obrigatórias. Estas são as condições para o
206 Estado receber o recurso de até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil) por ano. Então
207 em existem alguns gargalos que já foram avaliados e estão bem claros e precisam ser
208 trabalhados neste ano para que se tenha no próximo ano um resultado positivo, um deles
209 seria o monitoramento de qualidade e enquadramento, já existe um processo de utilização
210 do próprio recurso do PROGESTÃO para contratação de algum suporte de consultoria para
211 estas duas atividades e isto refletiria na meta que não foi cumprida atualmente e isto vai
212 impactar no ano seguinte é a outorga de lançamento. Ou seja, se não tiver outorga de
213 lançamento nem que seja pelo menos piloto não será cumprida a meta mínima da outorga,
214 portanto, ainda este ano isto deve ser tratado na Câmara Técnica com apoio desta
215 consultoria que deve ainda vir. Questionado pela conselheira Patrice se teria que ser todas
216 as atividades outorgadas, sendo respondido pelo Bruno que para cumprimento da meta
217 somente uma outorga simples de lançamento já cumpriria a meta. Sendo questionado pelo
218 conselheiro Flávio como esta discussão em termos metodológicos, foi respondido pelo
219 Bruno que este é o momento de consolidar as informações que já foram buscadas de
220 critérios, formas e parâmetros a serem observados e juntar as coisas. Nós teremos que ter
221 um enquadramento, que será utilizado um enquadramento genérico classe 2 e vamos ter que
222 estabelecer rede de monitoramento para ter segurança do que se está fazendo e avaliar quais
223 são os critérios. O SIDEPLAN já tem um perfil que permite a avaliação de qualidade. Foi
224 informado então pela Patrice que o sistema de outorga da ANA não deixa fazer a outorga de
225 captação sem ter o lançamento junto, que ele é simplificado, mas está funcionando. O
226 Bruno informou que o sistema da SDS, o SIDEPLAN, pode dar uma resposta e se neste
227 primeiro momento, dependendo do porte do usuário seja solicitado um estudo
228 complementar, pode ser comparadas as duas coisas e aperfeiçoar e trabalhar desta forma. A
229 contratação do sistema de outorga está já consolidada, está sendo contratada uma revisão do
230 termo de referência por uma consultoria específica de tecnologia da informação e licitação



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

231 por ser um processo complexo e vultuoso em termos de trabalho e financeiro para já no
232 próximo mês iniciar consolidar o documento e efetivar a contratação. Sendo questionado
233 pela Patrice se será primeiro feito um estudo para depois tentar fazer uma proposta de
234 critérios junto a CTORH sendo respondido pelo Bruno que sim. Foi também sugerido pelo
235 Rui que também existe a meta quanto as capacitações dentro do PROGESTÃO e o CERH
236 seria uma oportunidade para capacitação, sendo questionada algumas sugestões de temas.
237 Sendo sugerido pela conselheira Cristine que as capacitações do Plano fossem estendidas
238 aos conselheiros. Foi então passada novamente a palavra ao Rui para apresentação das
239 metas de cooperação federativa que são as metas que devem ser apresentadas a ANA e são
240 estas que atualmente representam o cumprimento das metas e que impactam
241 financeiramente, já sendo comentado pelo Bruno que as dificuldades encontradas foram
242 especialmente a compatibilização do cadastro estadual com o cadastro nacional, o que
243 gerou uma demanda de trabalho e realocação de informações que o nosso cadastro não
244 tinha que ainda acabou gerando uma penalidade ao Estado porque em alguns momentos não
245 se tinha a clareza de qual a informação necessária com, por exemplo, o nome do rio. Foi
246 então informado pelo Rui que nesta parte da conjuntura de recursos hídricos a ANA com
247 base nas informações dos Estados publica um relatório da conjuntura de recursos hídricos
248 no país inteiro. Foi então informado pela Patrice que é membro do CNRH que está
249 conjuntura será apresentada na próxima reunião, sendo que ela teve oportunidade de já ver
250 esta apresentação da ANA na Associação Brasileira das Companhias Estaduais de
251 Saneamento, e a informação nova que surgiu e deixou muito feliz o setor de saneamento é
252 que de todas as atividades que captam água a que tem mais retorno ao meio ambiente é o
253 setor saneamento, pois ele capta, trata, e depois trata o esgoto e devolve e o setor que tem
254 menos retorno é a agricultura por conta da evaporação. Ou seja, a água que sai da bacia
255 não volta para a bacia, e também toda a questão de como a agricultura é operada e a região.
256 Nas bacias que já possuem cobrança o setor que tem a cobrança mais cara é o setor de
257 saneamento, sendo a indústria e agricultura menos, o que gera uma certa incongruência e
258 deve ser trabalhada. Foi então passada a apresentação da minuta da resolução *ad*
259 *referendum*. Foi comentado pelo conselheiro Flávio que a avaliação feita está bastante
260 coerente com a realidade, sendo respondido pelo Bruno que pode existir alguma penalidade
261 financeira, mas que se procurou ser o mais transparente possível, e existe um planejamento
262 e uma diretriz para no próximo ano alcançar alguns destes objetivos, pode ser que não
263 consiga ser alcançado plenamente, mas é preciso começar. Foi informado que já foi enviado
264 a ANA e está se aguardando o envio da parcela e da avaliação final. Foi então questionado
265 se tinha alguma sugestão ou alteração, sendo aprovado. Passada a palavra ao Bruno, foi-se
266 então ao próximo item da pauta, qual seja **“Composição de vaga por parte da sociedade**
267 **civil, em substituição à ABAS”** foi explicado que os conselheiros da instituição
268 solicitaram o desligamento do conselho e foi oficiado à instituição para que procedesse a
269 nomeação de novos membros e não obtendo resposta, e diante da omissão do Regimento
270 Interno e da manifestação das entidades como FACISC, OAB e do Fórum do Comitês seria
271 necessária orientação por parte do CERH de qual atitude se tomar. Foi então passada a
272 palavra ao Ives que comentou que como há problema de quórum deve-se prestigiar as
273 entidades que querem participar. Passada a palavra ao Rui foi questionado se o Fórum de
274 Comitês possuía personalidade jurídica, foi respondido pela conselheira Patrice que não
275 mas que ele é reconhecido pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio
276 Ambiente. Passada novamente a palavra ao Bruno, ele solicitou que o plenário avaliasse o



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

277 rito que deve ser tomado, passando então a palavra ao Teles para que falasse sobre o Fórum
278 de Comitês e ao Guilherme Dallacosta para que apresentasse a FACISC aos conselheiros.
279 Passada a palavra a conselheira Patrice, ela comentou que é um pleito antigo, inclusive
280 quando trabalhou na SDS foi feita uma minuta prevendo a participação dos usuários no
281 CERH e que esta participação seria importante enquanto não é modificada a composição,
282 surgindo esta oportunidade de substituir uma instituição tendo um representante dos
283 comitês dentro do conselho. Foi então comentado pelo Bruno que também houve a
284 manifestação da OAB através da sua Comissão de Meio Ambiente, e que seria uma
285 necessário o conselho fazer uma Resolução complementando a lacuna que existe no
286 Regimento Interno, prevendo um rito pra que fosse seguido, pois esta situação vai acontecer
287 em outros momentos também, devendo ser consultada a CTIL para que ela oriente este rito,
288 para que se tenha maior segurança e transparência. Passada a palavra ao Rui, ele disse que
289 seria importante retomar o processo e comentou que já há (doze) anos está sendo tentado
290 trocar a legislação do CERH, inclusive a composição, atendendo a reivindicação dos
291 comitês e abrir a possibilidade de renovação e para que o CERH ser mais atuante, apesar de
292 já ter evoluído bastante, sendo que já por dois momentos a Diretoria de Assuntos
293 Legislativos da Casa Civil não aprovou as solicitações que foram feitas. Passada a palavra
294 ao conselheiro Flávio, ele disse, que seria necessário estabelecer no que está vigente o
295 procedimento que deve ser adotado momentaneamente, mas que não se pode deixar de lado
296 as discussões que foram já feitas e resultaram na minuta que já redigida e pode servir como
297 subsídio para constituir esta decisão momentânea que precisa ser tomada, sugerindo que o
298 CERH fizesse uma nova solicitação de avaliação e celeridade assim como as entidades
299 ligadas ao governo. Foi então sugerido pelo Bruno que seja simplificado o Projeto de Lei e
300 remeter os regramentos básicos como a constituição, fossem definidas por Decreto, e que as
301 substituições pudessem ser definidas por Portaria do Secretário da SDS e não nomeação do
302 governador. Foi sugerido pelo Rogério que seja previsto 2 (dois) suplentes para evitar
303 ausências. Passada a palavra ao conselheiro Flávio, ele ressaltou que seria necessário que se
304 tornasse pública a vacância para que as instituições se manifestassem. Sendo então
305 explicado pelo Bruno que mesmo quando não há vacância as entidades se manifestam e são
306 chamadas assim que abra-se a vaga. Ficou então definido que seria enviado a CTIL.
307 Passado então ao próximo item da pauta “**Homologação da aprovação do Plano da Bacia**
308 **Hidrográfica do Rio Araranguá**” que foi apresentado pelo presidente do Comitê. Bruno
309 pediu a palavra e esclareceu que houve uma Resolução do Comitê aprovando o plano na
310 bacia, depois foi formalizado pedido ao conselho para que homologasse e que em paralelo
311 trabalhasse os critérios de outorga propostos pelo Plano na bacia referendando e aí sim, o
312 papel essencial do conselho, aprove os critérios de outorga na bacia do Rio Araranguá, foi
313 esclarecido ainda que o Plano já passou pela CTORH, sendo então homologado. Passada a
314 palavra ao conselheiro Rogério que participou da elaboração do plano, ele comentou que se
315 retrata a realidade hídrica e se desmitificou muitos assuntos, e que agora a função é
316 apresentar o plano para sociedade e executar as ações. Passada a palavra ao Rui, ele
317 comentou o Plano não foge a regra da metodologia utilizada e que houve uma grande
318 participação da sociedade inclusive nas ações estratégicas que precisam ser implementadas
319 na bacia, que o que se quer é justamente isso, que a partir das ações que ficaram definidas
320 elas sejam executadas com apoio dos órgãos setoriais do Estado e outras fontes de
321 financiamento. Passada a palavra ao Davide, presidente do comitê, ele comentou que o
322 Comitê tem a função importante de fazer um trabalho nas escolas, que agora já se tem a



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

323 ferramenta prática para trabalhar a gestão de recursos hídricos naquela bacia. Foi passada a
324 palavra ao conselheiro Ives que também participou da elaboração do Plano na questão do
325 cadastro na parte do diagnóstico, disse que apesar de todos os setores terem grande, tiveram
326 resistência dos setores da indústria e dos outros usos, mas a empresa buscou outras fontes
327 de informação e o plano está bem próximo da realidade. A conselheira Patrice acrescentou
328 que alguns setores ainda não entenderam que o fato de não se cadastrar só as prejudica
329 porque o cadastro é a forma que ela tem de informar a necessidade da água que ela precisa
330 para a sua atividade, e quando ela não informa o Estado ao fazer a leitura de que ela não
331 precisa e vai disponibilizar a quantidade que ela precisa para outra atividade. A conselheira
332 da FIESC complementou que é passada a informação, existem duas cartilhas sobre cadastro
333 e outorga de água, mas que ainda há dificuldades, eles acham que serão penalizados. O
334 conselheiro Ives disse que teve ações da FIESC lá na Associação Comercial da região, que
335 houve uma grande participação no encontro, mas que não se reverteu em número de
336 cadastro, pois ainda há resistência. A conselheira Patrice informou que é um trabalho de
337 conscientização, que o setor da agricultura já teve esta resistência e superou, assim como o
338 setor de saneamento e assim por diante. O Bruno disse que é um processo que vai se
339 aperfeiçoando com o passar dos tempos, pois, naquele momento não se outorgava captação
340 para usos industriais, o processo ficava somente no cadastro, e desde o ano passado já se
341 está outorgando, a FATMA vem exigindo nas indústrias que são licenciadas, então o
342 processo vai se fechando para que todos tenham cadastro, outorga e processo de
343 regularização, assim como para água subterrânea que não havia também, o desafio agora é a
344 questão do lançamento que será trabalhada no próximo ano. Davide, presidente do comitê
345 disse que ainda não foi feito o enquadramento dos corpos de água, ficou como arranjo entre
346 o comitê Araranguá e a SDS para que seja feito o mais breve possível, foi feito somente o
347 diagnóstico e o plano ficou muito equilibrado para a realidade da bacia apesar de uma
348 resistência inicial. Bruno ressaltou que o enquadramento será tratado em separado e que a
349 maioria dos planos não está tratando, mesmo o Itajaí que já possui bastante detalhado e
350 mesmo assim não atinge o esperado, devendo ser tratado de forma específica. O conselheiro
351 Flávio questionou sobre a mineração (extração de seixos), sendo respondido pelo Davide
352 que em uma das ações foi pedido um estudo sobre o impacto da retirada de seixos, porque
353 na verdade foi pedido para que o prefeito coloque pedras nos rios, e neste caso o prefeito
354 vai tirar do rio e o rio impacta porque daí a captação da rizicultura não existe mais, e o que
355 é retirado está prejudicando o rio e a mata ciliar inclusive a lateral, as encostas, então foi
356 pedido um estudo para se ter conhecimento de se pode tirar e até que ponto pode tirar, pois
357 é necessário ter um parâmetro, a promotoria deixou claro que está dentro da lei mais está
358 quebrando barrancos, então não pode ser compreendido como correto, e como representante
359 dos agricultores no comitê, na base estão dizendo que é importante mata ciliar, nascente
360 preservada e equilíbrio para que se tenha agricultura no futuro, mas o que não se
361 compreende é vir uma empresa da forma que seja, tirando 5 (cinco) ou 10 (dez) metros de
362 profundidade e quebrando barranco de rios. Foi respondido pela conselheira Ivana, da
363 FATMA, que não se terá mais autorização para retirar nesta profundidade, pois na última
364 instrução normativa se teve um cuidado com esta situação, pois estava tendo muito
365 questionamento, e procurou-se limitar até que tenha um estudo para que se possa ter
366 parâmetro técnico, foi limitado em 1,5 (um metro e meio) ou 2 (dois) metros, e espera-se
367 que todos os interessados se reúnam. Os técnicos a princípio estabeleceram um limite que
368 se considerou razoável, sem prejudicar a atividade, mas que também não permitisse a livre



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

369 extração. Foi informado pela conselheira Patrice que quando a CASAN tinha a concessão
370 de saneamento no município de Meleiro sempre teve conflito com a questão da mineração
371 de seixos, sempre faltou água na cidade porque eles rebaixaram o lençol e a tubulação de
372 captação ficava fora do leito do rio. O conselheiro Rogério disse falta não somente para o
373 abastecimento mas também para a agricultura, pois além de destruir da mata ciliar, está
374 sendo destruída a área agricultável, devido ao rebaixamento dos rios, e os agricultores estão
375 sendo penalizados pois não terem área ciliar, sendo que eles tinham, além de aumentar a
376 velocidade dos rios, entre outras coisas, sendo importante que a FATMA verifique. A
377 conselheira Ivana acrescentou ainda que este conflito já foi enfrentado no Rio Cubatão e no
378 Rio Tijucas, sendo que a FATMA licencia tanto uma atividade quanto a outra, normalmente
379 a sociedade sugere que seja embargada toda a extração e não é possível, pois existe uma
380 questão social envolvida, e nestes outros casos todos, já se evoluiu há alguns anos nesse
381 sentido, a solução foi este estudo que definiu quais são os limites de exploração para se ter a
382 garantia da estabilidade das margens, até onde a questão da estabilidade das margens está
383 ocorrendo exclusivamente por isso, pois também ocorrem outros motivos que muitas vezes
384 não são considerados como a própria ocupação do entorno, e já se está atuando nestas
385 bacias com estes limites definidos e este ano surgiu na discussão da instrução normativa de
386 mineração veio este problema do Manuel Alves então passou-se a atuar como atua-se há
387 alguns anos atrás nos outros, estabelecendo um limite e dar um prazo para que seja feito o
388 estudo, sendo importante que o Comitê da bacia esteja junto neste trabalho e fortaleça esta
389 necessidade, assim como a SDS, para que se tenha efetivamente um resultado. Foi
390 informado então pelo conselheiro Ives que o problema da região não é exclusivo do Manuel
391 Alves, e o conselheiro Rogério colocou-se a disposição de enviar um registro fotográfico da
392 situação atual para ser remetido a FATMA. Passada a palavra ao Bruno, foi então, passada
393 a homologação do plano da bacia, sendo aprovada, reconhecendo a Resolução do próprio
394 comitê que aprovou no final do ano passado. Passou-se então ao próximo item **“Projetos
395 apresentados FEHIDRO no ano de 2016 até o momento”** que foi apresentado pelo Rui,
396 sendo esclarecido pelo Bruno que a maioria dos repasses foram feitos para os municípios
397 em função da dificuldade da Lei nº 3.019/2014. Sendo questionado pelo conselheiro Flávio
398 sobre as estações meteorológicas, foi informado pelo Bruno nós acabamos de firmar um
399 termo de cooperação que SDS, Defesa Civil e EPAGRI, em função de uma auditoria do
400 tribunal de contas, para clarear as competências e quais seriam os objetivos e funções de
401 cada entidade na operação, manutenção e nos produtos da própria rede de monitoramento,
402 pois muitas vezes estava-se financiando toda a operação da rede muitas vezes sem interesse
403 direto da questão de recursos hídricos. E como foi colocado no PROGESTÃO com a meta
404 de operação e da telemetria que é necessária na rede de monitoramento hidrológico não
405 operando. Para o próximo a intenção é firmar com a EPAGRI um rol claro de quais são as
406 estações fluviométricas e pluviométricos que são interesse da SDS, para focar nesta
407 atividade, até porque cada instituição tem um interesse e hoje o recurso está diluído. Foi
408 questionado pela conselheira Cristine sobre o recurso do FEHIDRO, pois é feita
409 fiscalização pela Vigilância Sanitária em municípios pequenos, que alegam para melhoria
410 para o sistema de tratamento da água e qualidade da água é a falta de recurso, de como
411 divulgar como é feito este repasse. Foi informado pelo Rui onde está no site as informações
412 sobre como pode ser utilizado este recurso. Por último, passada ao próximo item **“Proposta
413 de prorrogação da Resolução sobre a rizicultura com plano de trabalho para
414 elaboração de critérios”**, devido solicitação das Associações dos Irrigantes e da



**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 16/06/2016**

415 Agricultura e devido ao prazo da Resolução que dispensou a outorga estar expirando, e por
416 esta razão a CTORH e a Gerência de Outorga propuseram um cronograma de atividades
417 para esse ano e uma estratégia de buscar consolidar os critérios de outorga para rizicultura,
418 especialmente a questão da sazonalidade e a questão da outorga coletiva e ainda a questão
419 de se ter critérios mais flexíveis ao longo do ano, sazonal, mas não com um único critério
420 de risco e de garantia, para que não prejudique os demais usos. Foi então apresentado o
421 cronograma. Passada a palavra ao conselheiro Rogério disse que a preocupação é que não
422 seja somente mais uma burocracia e que o meio ambiente, a água e os nossos rios ganhem
423 com isso, que não aconteça o mesmo que aconteceu com o TAC que acabou dando
424 resultado reverso, as pessoas que fizeram as adequações acabaram sendo penalizadas pelo
425 investimento que fizeram e os que não fizeram não foram punidos. Passada a palavra ao
426 Davide, do Comitê, ressaltou que como entidade representante da rizicultura ajudou a
427 viabilizar e afirmar que deveria ser feito, e não acabou sendo penalizado quem não fez e
428 nem teve nenhuma vantagem para quem fez. Ressaltando que na prática precisa ter
429 efetividade nas ações para que a entidade não perca o crédito. Foi então questionado pela
430 conselheira Patrice se a atividade é licenciada, foi respondido pela conselheira Ivana,
431 representante da FATMA, que sim, mas que talvez deixe de ser. Patrice comentou ainda
432 que entende que a atividade de irrigação deve ser outorgada e não licenciada, pois, ela é de
433 captação ou de lançamento e isto se trata de gestão de recursos hídricos e não gestão de
434 meio ambiente. Foi então, aprovado o cronograma de trabalho. Por fim, Bruno Henrique
435 Beilfuss agradeceu pela presença e participação ativa de todos e deu por finalizada a
436 reunião.

437

438 Florianópolis, 17 de Junho de 2016.

439

440

441

442

Camila de Andrade Christofoli

443

Secretária Executiva do CERH

444

445

456

457